



ID: 58557738

27-03-2015

Autarquias suspeitam que Finanças retêm imposto municipal

Associação Nacional de Municípios quer mais transparência na gestão dos fluxos da derrama.

Paula Cravina de Sousa e Denise Fernandes

paula.cravina@economico.pt

Os municípios suspeitam das transferências de impostos que o Estado faz durante o ano para os cofres autárquicos e queixam-se da falta de informação do Ministério das Finanças. Em causa está a demora na transferência da derrama - imposto pago pelas empresas em função do lucro tributável gerado na sua área geográfica e que, embora seja o Estado a cobrar, é receita municipal. O receio é o de que os montantes fiquem retidos para “ajudar as operações de fecho de contas” da Administração Central.

A crítica é feita num dos documentos que serão discutidos a partir de hoje em Tróia no congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a que o Diário Económico teve acesso.

A associação diz ser “muito frequente a transferência de montantes proporcionalmente significativos para muitos municípios no início do ano, o que se torna incompreensível face ao calendário de entrega de declarações de IRC pelos agentes económicos”, pode ler-se no documento dedicado ao financiamento do poder local. A derrama é paga em Maio segundo Cristina Silva da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Só no ano passado, o imposto atingiu os 218,1 milhões de euros, de acordo com dados da Direcção-Geral do Orçamento.

Aquela situação tem levado “a múltiplas suspeições” de que as transferências de derrama que têm sido feitas no primeiro tri-

AS PROPOSTAS DA ANMP

- Recuar na pretensão de eliminar o IMT.
- Reposição da taxa reduzida de IVA na iluminação pública, refeições e transportes escolares.
- Rever diplomas que atentam contra a autonomia local como o regime jurídico do sector empresarial local e de participações locais.
- Criação de mecanismo dos valores utilizados para os indicadores de cálculo das transferências do Orçamento do Estado para os municípios.

mestre de cada ano poderão “ser receitas do ano anterior, que ficam, entretanto, - por razões de tesouraria e de valores macro - retidas pelo Ministério das Finanças para ‘ajudar’ as operações de fecho de contas”, lê-se ainda. No entanto, refere-se mais à frente, que “tais suspeições não conseguiram, até agora, ter confirmação por parte da ANMP”.

O presidente da associação, Manuel Machado, confirmou esta situação e assegura que “a situação não é nova”. “Têm sido pedidas informações ao Ministério das Finanças mas não há respostas”, afirma. Desta forma, a ANMP pretende que sejam introduzidas medidas que assegurem a transparência na gestão dos fluxos da derrama, “cada vez mais envolta em mistérios gerados pela ausência de informação e de esclarecimentos do Ministério das Finanças”.

Ainda no capítulo dos impostos, a ANMP volta a pedir que a extinção do IMT não se concretize. A Lei das Finanças Locais, que entrou em vigor em 2013, prevê a redução gradual do IMT a partir de 2016 até à sua extinção em 2018. O argumento era o de

que a receita adicional de IMI - conseguida com o processo de reavaliação das casas - iria compensar a eliminação do IMT. Contudo, a associação defende que houve um “erro na previsão do Governo” e o IMT não deveria ser eliminado.

Autarquias querem via directa para o Constitucional

A ANMP exige também que as autarquias passem a ter legitimidade para pedir directamente ao Tribunal Constitucional (TC) a fiscalização sucessiva da constitucionalidade de normas relacionadas com o poder local, de acordo com determinadas condições. “Os municípios portugueses, nos últimos anos, têm sido confrontados com normas constantes de diplomas legais que, em abstracto, são violadoras do princípio constitucional da autonomia local”. De acordo com a ANMP, “têm sido múltiplas as situações de desrespeito por parte do Governo para com as autarquias” que colocam em causa a autonomia do poder local “desprezando as obrigações constitucionais e os interesses próprios das populações”. ■

Municípios querem apoios a fundo perdido para investir em água

As autarquias gostariam que os apoios aos investimentos feitos no ciclo da água - desde o momento da captação até à distribuição em casa dos consumidores - fossem atribuídos a fundo perdido e não numa lógica reembolsável. No documento ANMP sobre fundos comunitários, que será apresentado no congresso e a que o Económico teve acesso, é defendido ainda que no caso dos pactos territoriais - que incluem os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) e as Acções

Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) -, passem a ser elegíveis investimentos ao nível do ciclo urbano da água, já que esta é uma prioridade de investimento que está actualmente excluída do processo. Por outro lado, a ANMP também propõe “a eliminação ou minimização da exigência associada à devolução de poupanças no sector da energia”. Isto porque, para os municípios esta exigência desincentiva o

investimento. Em alguns apoios não reembolsáveis é exigida a devolução de parte das poupanças obtidas com o investimento, durante o seu período de vida útil que, em alguns casos, como a eficiência energética na iluminação pública, pode atingir 70%. Estes são dois dos temas “mais preocupantes” para os municípios e para os quais esperam flexibilidade do Governo para alterar as regras. **M.S.**

